

Fundação Getulio Vargas

Tópico: FGV Social

Veículo: O Estado - CE

Página: Capa/5

Data: 08/05/2023

Editoria: NACIONAL



NACIONAL5
EMPREGO TEM
SUBIDA LENTA

Procura pelo Bolsa Família supera volta do emprego

Os dados dizem respeito às regiões Norte e Nordeste. Os indicativos mostram que a retomada dos postos formais de trabalho tem sido lenta

FOTO MARCELLO CASAL JR / AGENCIA BRASIL

A retomada do emprego formal tem sido mais lenta no pós-pandemia do que a procura pelo Bolsa Família nas regiões Norte e Nordeste do país, segundo levantamento do DeltaFolha, que cruzou registros do Portal da Transparência, da Controladoria-Geral da União (CGU) e do Ministério do Trabalho. Os dados mostram que os empregos com carteira assinada nas duas regiões cresceram gradualmente. Ao mesmo tempo, o número de beneficiários do Bolsa Família teve um salto em 2022.

Os movimentos, que divergem do observado no restante do país, acendem o alerta para o descompasso entre o número de pessoas contribui com a Previdência e o daquelas que recebem recursos do Estado.

Para as comparações, foi analisado, além dos dados do Bolsa Família, o estoque de emprego do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), que considera a quantidade de pessoas com carteira assinada atuando na iniciativa privada e no setor público.

Antes e depois da pandemia, no Nordeste, o número de beneficiários do programa social saltou de 6,758 milhões em janeiro de 2020 para 9,773 milhões em janeiro de 2023 (aumento de 44,6%). Já o estoque de empregos formais era de 6,062 milhões e subiu para 7,006 milhões (alta de 15,6%).

A diferença entre empregados e inscritos no programa já vinha crescendo nos últimos anos, mas é a partir do início de 2022, um ano após o início da vacinação no Brasil, que o descolamento entre os dois grupos fica mais visível. Na-



Para a análise, foi analisado também o estoque de emprego do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), que considera a quantidade de pessoas com carteira assinada

quele momento, o governo do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) tinha acabado de substituir o Bolsa Família, marca dos governos petistas, pelo Auxílio Brasil, em busca de votos entre os eleitores de baixa renda.

Bolsonaro acabou derrotado nas urnas e o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) foi eleito para seu terceiro mandato, tendo a recriação do Bolsa Família, em março deste ano, como uma das suas primeiras medidas. O petista venceu em todos os estados nordestinos e em 3 dos 7 estados do Norte, no segundo turno de 2022.

De janeiro de 2022 a janeiro de 2023, os participantes do programa de transferência de renda no Nordeste subiram 18,67%, enquanto o estoque de carteira assinada aumentou 5,47%. Já no Norte, os beneficiários aumentaram 48,97%, passando de 1,701

milhão no início de 2020, pré-pandemia, para 2,534 milhões em janeiro deste ano. Para os trabalhadores com carteira, a alta foi de 18,39%, de 1,726 milhão para 2,043 milhões no mesmo período. Na região, também houve um descolamento a partir do ano passado: a procura pelo Bolsa Família cresceu 27,1%, enquanto o estoque de empregos formais aumentou 5,55%. Com isso, a diferença entre beneficiários e celetistas cresceu 73,7% entre os nordestinos e 243,1% no Norte de 2022 a 2023.

O movimento mostra um descolamento também na comparação com o restante do país. Nas outras regiões, os beneficiários do Bolsa Família e os empregados com CLT têm se comportado de forma parecida. No Centro-Oeste e no Sudeste, a diferença entre empregos e beneficiários até caiu de janeiro de 2022 a

janeiro de 2023: 0,8% e 2,9%, respectivamente. No Sul, a diferença ficou praticamente estagnada, crescendo 0,3%.

O economista Marcelo Neri, diretor do FGV Social (da Fundação Getúlio Vargas), lembra que o número de beneficiários do Bolsa Família teve um aumento significativo nos últimos anos, chegando a equivaler cerca de metade dos empregos formais reportados no Caged. "Simultaneamente, um outro movimento ajuda a explicar essa convergência: o número de trabalhadores por conta própria passou de 20 milhões para 25 milhões em dez anos."

Neri ressalta que a questão que se impõe é como sustentar fiscalmente esse cenário em que a parcela da população que recebe recursos públicos aumenta em algumas regiões e municípios mais que a parcela que contribui para a Previdência e com impostos.